

A GUERRA EM PORTUGAL NO REINADO DE AFONSO II, NO CONTEXTO DE LAS NAVAS DE TOLOSA

Miguel Gomes Martins*

Os últimos anos do reinado de Sancho I ficaram profundamente marcados pelos insucessos militares das forças portuguesas frente aos cada vez mais poderosos *almóhadas*. De facto, as fulgurantes campanhas de *Abu Yaqub Yusuf al-Mansur* de 1190 e, sobretudo, de 1191, empurraram de novo a fronteira meridional do jovem reino até à linha do rio Tejo, a sul da qual apenas a cidade de Évora e o seu termo permaneciam em mãos cristãs.

O panorama também não era melhor na frente de combate contra Leão, com a invasão da Galiza e a conquista de Tuy, em 1197, a acabarem por ser completamente ofuscadas por importantes reveses: em 1198 na batalha de Ervas Tenras, onde a hoste de Sancho I sofre uma pesada derrota às mãos do exército de Afonso IX; e em 1199 com a conquista da cidade de Bragança pelos leoneses que, nesse mesmo ano, conseguem rechaçar a ofensiva portuguesa contra Ciudad Rodrigo, na sequência da qual as forças de D. Sancho são, mais uma vez, batidas em batalha campal, deixando no terreno um elevado número de baixas entre as quais o mestre do Templo, D. Lopo Fernandes e D. Nuno Fafes de Lanhoso¹.

Assim, o reino recebido em Março de 1211 por Afonso II é consideravelmente mais frágil e menos extenso que aquele que Afonso Henriques deixara ao seu herdeiro. Mas era também um reino cada vez mais pressionado, de um lado, por

* Instituto de Estudos Medievais - FCSH/UNL.

1. Mário Jorge BARROCA, “Da Reconquista a D. Dinis”, *Nova História Militar de Portugal*, Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), Vol. 1, José Mattoso (coord.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 52-53.

Leão e do outro –apesar das tréguas firmadas logo no início do reinado– pelos agressivos *almóhad*as.

Mas não eram apenas os perigos externos que constituíam uma ameaça. De facto, Sancho I deixara também ao seu filho um reino que ainda mal se recompusera das dissensões que, na fase final do seu governo, tinham provocado graves fracturas no seio do clero e, sobretudo da alta nobreza, o principal suporte militar da Coroa. A estas somam-se também novas divisões e novos focos de conflitualidade interna que se detectam, por exemplo, no exílio de Gonçalo Mendes de Sousa –mordomo-mor do rei– e de outros membros desta poderosa linhagem², e que rapidamente alastram, também nos primeiros meses da governação de Afonso, à família real, designadamente aos seus dois irmãos. De facto, o testamento de Sancho I não contemplava a entrega de quaisquer bens patrimoniais aos seus filhos Pedro e Fernando, a quem caberiam ainda assim avultadas quantias em numerário, que é possível até que Afonso se tenha recusado a entregar, uma situação que terá também contribuído para o exílio do primeiro em Leão e do segundo em França onde virá a receber o condado da Flandres³. Pelo contrário, às suas filhas –e ao que parece, ao arrepio da vontade do primogénito– o velho rei deixara os senhorios de Montemor-o-Velho e de Esgueira, que coube à mais velha, Teresa (que até 1194 havia sido casada com Afonso IX de Leão e de quem tivera um filho, Fernando), o de Alenquer a Sancha e, por fim, os de Bouças, de Arouca e de Tuias à mais nova, Mafalda.

E foi precisamente em torno dos bens deixados por Sancho às duas filhas mais velhas que teve lugar o primeiro grande confronto armado do reinado de Afonso II.

A reacção negativa do monarca ao testamento de seu pai era certamente esperada pelas infantas, que não perderam tempo e solicitaram à Santa Sé, imediatamente após a morte de Sancho I, que as confirmasse na posse desse património, o que veio a acontecer em Outubro de 1211 através das bulas de Inocêncio III *Ad Petitionem inclite* e *Ad petitionem olim*⁴.

Mas por esta altura a contenda tinha já evoluído de tal forma, que só muito dificilmente poderia vir a ter uma solução pacífica. É mesmo possível, como sugere frei António Brandão, na “Monarquia Lusitana”, que tenha sido a certeza relativamente à inevitabilidade de um conflito bélico que levou Afonso II a não aceder ao pedido de auxílio militar lançado nos últimos meses do ano por seu

2. Hermínia Vasconcelos VILAR, *D. Afonso II. Um Rei Sem Tempo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 69-71.

3. Alexandre HERCULANO, *História de Portugal. Desde o Começo da Monarquia até o Fim do Reinado de Afonso III*, Vol. II, notas críticas de José MATTOSO, Lisboa, Bertrand, 1980, p. 199.

4. Maria Teresa Nobre VELOSO, “A questão entre Afonso II e suas irmãs sobre a detenção dos direitos senhoriais”, *Revista Portuguesa de História*, Tomo 18, Coimbra, 1980, p. 202.

sogro, Afonso VIII de Castela, que então dava início aos preparativos para uma grande campanha militar contra os *almóhadas*⁵. Esta é, aliás, uma ideia aceite pela maior parte dos estudiosos do reinado de Afonso II⁶, mas que não constitui uma explicação consensual, como parecem sugerir as palavras de Maria João Branco, segundo a qual isso poderá não ter passado de um mero pretexto para o rei se furtrar à participação na campanha de 1212⁷.

É claro que o monarca não o poderia fazer pessoalmente em resultado da doença –talvez lepra ou um outro tipo de enfermidade semelhante e de natureza incapacitante– de que sofria, pelo que teria sempre que delegar o comando dessa força no alferes-mor ou numa outra figura nobre, o que não constituiria, parece-nos, um problema de maior. Mas seria a eventualidade de um conflito com as infantas e praticamente circunscrito a apenas duas praças-fortes (Montemor-o-Velho e Alenquer) realmente impeditiva da mobilização de um corpo expedicionário –ainda que de pequenas dimensões– para integrar a hoste de Afonso VIII? Claro que não. Parece-nos, pois, evidente que, se assim o quisesse, o rei conseguiria facilmente –sem com isso enfraquecer as fronteiras do reino e, acima de tudo, sem perder capacidade ofensiva para enfrentar as irmãs– reunir um exército formado por algumas centenas de lanças e, assim, dar o seu contributo para a campanha de Las Navas. Porém, Afonso sabia que aquilo que, à partida, não passava de uma questão meramente doméstica, tinha todas as condições para poder vir a degenerar numa guerra civil, já que existiam vários sectores da nobreza que apoiavam claramente as infantas. Além disso, o seu irmão Pedro Sanches, que não terá nunca deixado de acalentar esperanças de vir a ascender ao trono e que então se encontrava exilado em Leão, poderia também envolver-se no conflito e, consigo, arrastar Afonso IX, a quem nada desagradaria a perspectiva de obter alguns ganhos territoriais graças a uma derrota militar infligida a Afonso II. E com o reino a ferro e fogo, não seria de admirar que os *almóhadas* aproveitassem a oportunidade para lançar uma ofensiva em larga escala sobre o território português, nomeadamente a partir de Alcácer, a principal base de operações muçulmana na zona ocidental da Península. Perante este quadro e com o seu principal aliado, o rei de Castela, envolvido numa outra frente, Afonso II só podia mesmo contar consigo e com todas as suas forças para fazer frente a essas inúmeras ameaças. Não será, pois, de admirar que tenha declinado o pedido de ajuda militar endereçado por Afonso VIII para que participasse na campanha de 1212.

5. Frei António BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, IV Parte, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, fl. 71; e Francisco GARCÍA FITZ, *Las Navas de Tolosa*, Madrid, Ariel, 2008, pp. 87-88.

6. VILAR, D. *Afonso II...*, p. 98.

7. Maria João Violante BRANCO, *Poder Real e Eclesiástico. A Evolução do Conceito de Soberania Régia e a sua Relação com a Praxis Política de Sancho I e Afonso II*, Lisboa, Universidade Aberta (Dissertação de Doutoramento, policopiada), 1999, Vol. I, pp. 452-453.

Claro que isso não invalida a presença –porém, na qualidade de voluntários, tal como sucedeu com algumas forças leonesas– de muitos cavaleiros e de uma “multidão de peões” oriundos de Portugal, circunstância aliás sublinhada por autores coevos como o arcebispo Rodrigo Jimenez de Rada e Lucas de Tuy⁸.

No epicentro do conflito entre Afonso e as irmãs estavam, pois, as praças-fortes de Alenquer e de Montemor-o-Velho, nas quais tanto Sancha quanto Teresa se recusavam a aceitar –tal como nos outros locais dos seus senhorios– a autoridade do monarca em matérias como a cunhagem de moeda, a nomeação de alcaldes –que deveriam prestar menagem ao rei e não às infantas–, a mobilização de forças para a régia ou a participação daquelas populações –em regime de anúduva– em obras de reparação e construção de estruturas fixas de defesa empreendidas pela Coroa, etc...⁹. Mas há uma questão a que não tem sido dada a devida importância e que é a posição estratégica daquelas fortalezas, algo que deve também ter pesado na decisão de Afonso II: a primeira, a meio caminho entre Lisboa e Santarém e integrada na linha de defesa do Tejo; a segunda, em plena foz do Mondego, a partir de onde controlava todo o tráfego fluvial de e para Coimbra, a capital do reino.

Terão sido, pois, todos estes motivos que levaram o monarca, em Novembro de 1211, a mobilizar a hoste régia com o objectivo de avançar sobre Montemor-o-Velho, onde as duas infantas se haviam refugiado e, assim, obrigá-las a acatar a autoridade régia sobre os seus senhorios. Mas não seria este o único teatro de operações do conflito.

Com efeito, um segundo exército deveria desencadear uma ofensiva sobre Alenquer, pertencente ao senhorio de D. Sancha e que, segundo a “Monarquia Lusitana”, foi também sujeita a um intenso cerco, uma hipótese aceite por autores como Alexandre Herculano e, mais recentemente, por Mário Barroca¹⁰. Contudo, as fontes são totalmente silenciosas a respeito deste episódio e dos seus principais momentos, não nos permitindo sequer vislumbrar, por exemplo, a dimensão ou composição das forças que defendiam esta praça-forte. Imaginamos, no entanto, que entre elas se encontrariam, acima de tudo, os moradores da vila, comandados talvez por Gomes Viegas, Martim Gonçalves Sarrazins, Gil Rodrigues de Lisboa e Gonçalo Peres de Paiva, os mesmos que no último dia de Maio de 1212 subscrevem a outorga de foral a essa mesma localidade¹¹.

8. GARCÍA FITZ, *Las Navas...*, pp. 145 e 148.

9. BRANDÃO, *Monarquia...*, fls. 73-73v e 262v-263v; e VILAR, *D. Afonso II...*, pp. 99-100.

10. BRANDÃO, *Monarquia...*, fl. 76v; HERCULANO, *História de Portugal ...*, Vol. II, p. 214; e BARROCA, “Da Reconquista...”, p. 56.

11. *Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, Vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1856-1868, pp. 559-561, de 1212, Maio, 31.

Igualmente difícil é perceber quais os contingentes mobilizados por Afonso II para cercar Alenquer, embora seja possível que, pela sua proximidade, o rei tenha solicitado o auxílio das enérgicas milícias concelhias de Lisboa e de Santarém –o que, por si só, terá permitido a reunião de largas centenas de combatentes, entre cavaleiros, peões e um número considerável de besteiros¹²– certamente que enquadrados, como era habitual, por algumas lanças fornecidas pela nobreza. As fontes são também omissas a respeito de quem assumiu o comando destas forças, embora seja possível que essa missão tivesse sido entregue ao alferes-mor Soeiro Raimundes de Melo, que não participará no ataque a Montemor, mas que se encontrava em Coimbra, com o rei, no dia 5 de Dezembro¹³. Aliás, o facto de não voltar a surgir na documentação posterior a essa data leva-nos a admitir que tenha morrido precisamente durante estas operações militares.

Mas foi em Montemor que, a avaliar pelas fontes disponíveis, se centrou a principal ofensiva de Afonso II. Era aí que se encontravam D. Teresa e de D. Sancha, acompanhadas por alguns dos seus principais apoiantes, designadamente Aires Mendes –filho de Mem Soares Estrema, anteriormente alcaide de Santarém e de Évora– e Lourenço Viegas de Portocarreiro¹⁴, entre muitos outros nobres, que decerto se faziam acompanhar pelas suas mesnadas. Alguns deles teriam mesmo sido remunerados para o efeito –como afirmará, mais tarde, a própria infanta D. Teresa–, eventualmente através do pagamento de soldadas bélicas¹⁵. Para a defesa das muralhas da vila e do castelo as infantas contaram também com uma boa parte da população local, um auxílio que parece ter sido de grande relevância ao ponto de, no final do cerco, a povoação ter sido recompensada com uma carta de foral extremamente generosa, que lhe ampliava os privilégios e aligeirava substancialmente a carga fiscal a que até aí estava sujeita¹⁶.

Mas o principal contributo para a defesa de Montemor terá sido trazido pelo poderoso Gonçalo Mendes de Sousa, que voltava ao reino depois de nos meses anteriores se ter exilado em Leão, em resultado de não conseguir cumprir –no que à herança das infantas dizia respeito– a sua missão de testamenteiro de Sancho I. Aí, graças ao enorme prestígio que o rodeava, recebeu de Afonso IX, de

12. *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I, Vol. I, Leontina VENTURA e António Resende de OLIVEIRA (edit.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006, doc. 266, p. 289, de [1211-1223].

13. Pub. por Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO, *Um Mosteiro Cisterciense Feminino. Santa Maria de Celas (Século XIII a XIV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001, pp. 176-177, doc. 8, de 1211, Dezembro, 5.

14. José MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores, 1985, p. 210; e VILAR, *D. Afonso II...*, pp. 106-107.

15. BRANDÃO, *Monarquia...*, fls. 76v e 262v-263v.

16. *Portugaliae Monumenta Historica: Leges...*, pp. 557-559, de 1212, Maio, e HERCULANO, *História de Portugal...*, Vol. II, pp. 213-214.

quem se torna uma figura próxima, a tenência da Extremadura, uma nomeação a que não deve ter sido estranha a intervenção de Pedro Sanches, meio-irmão do rei e que também se encontrava exilado no reino vizinho. Tudo indica que pouco depois de ser informado da dupla ofensiva das forças de Afonso II, ou seja, talvez já no mês de Janeiro de 1212, terá deixado o castelo leonês de Torrafe decidido a juntar-se às infantas. Entra em território português através da fronteira beirã e, ao comando de um contingente formado por 25 lanças de cavalaria e alguns peões e dirige-se para Montemor. A sua chegada, levada a cabo durante a noite de modo a iludir a vigilância inimiga, terá seguramente dado esperanças renovadas a Teresa e a Sancha que, de imediato, lhe entregam o comando das operações¹⁷.

As fontes são igualmente silenciosas a respeito da constituição e dimensão das forças reunidas por Afonso II. De acordo com Teresa Veloso, tratar-se-ia de uma “pequena hoste”, circunstância resultante, segundo a mesma autora, de a maior parte dos efectivos estarem concentrados “na empresa do combate ao infiel”¹⁸. Contudo, tanto o rasto de destruição deixado pelos sitiadores, quanto alguns dos meios logísticos mobilizados para a campanha –referidos ambos num documento de 1223– apontam precisamente no sentido contrário, isto é, para que o monarca tenha congregado um poderoso exército. Poderoso, de facto, mas com ausências de peso.

Sem dúvida que a contribuição armada mais substancial de que o rei dispunha era fornecida pelos ricos-homens, em particular pelos detentores de tenências, boa parte dos quais até estava em Coimbra durante a fase inicial do cerco. Com efeito, entre os subscritores do diploma lavrado no dia 5 de Dezembro de 1211, encontramos arrolados os mordomos-mores Martim Fernandes de Riba de Vizela e Pedro Anes da Nóvoa –uma situação de duplicação de cargos, no mínimo, estranha e que já havia sido assinalada por Leontina Ventura¹⁹–, o alferes-mor Soeiro Raimundes de Melo, Lourenço Soares de Ribadouro (tenente das terras da Beira e de Trancoso), Gil Vasques de Soverosa (tenente de Sousa), Gomes Soares de Tougues (tenente de Gouveia), Ponço Afonso de Baião (tenente de Bragança, da Covilhã e de Penaguião), Lopo Afonso de Baião, Garcia Mendes –talvez irmão de Gonçalo Mendes de Sousa–, Martim Peres da Maia e João Peres –cuja linhagem não foi possível identificar–, para além do arcebispo de Braga e

17. *Portugaliae Monumenta Historica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Joseph PIEL e de José MATTOSO (ed. Crítica), Lisboa, Academia das Ciências, 1908, p. 309; e HERCULANO, *História de Portugal...*, Vol. II, p. 213; VELOSO, “A questão...”, p. 209; José ANTUNES / António Resende de OLIVEIRA / João Gouveia MONTEIRO, “Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão”, *Revista de História das Ideias*, nº 6, Coimbra, 1984, p. 56.

18. VELOSO, “A questão...”, p. 209; e BRANDÃO, *Monarquia...*, fl. 76.

19. Leontina VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Dissertação de Doutoramento, policopiada), 1992, p. 989, n. 1.

dos bispos do Porto, de Coimbra, de Viseu, de Lamego, de Lisboa e de Évora²⁰. Ou seja, em teoria, só graças a estas figuras o rei teria à sua disposição perto de um milhar de lanças de cavalaria e o dobro ou o triplo dos peões.

Contudo, a imagem transmitida pelas fontes que iluminam este episódio, é bastante diferente. De facto, nenhum daqueles ricos-homens estará envolvido no cerco. Estranhamente manter-se-ão em Coimbra até finais de Janeiro de 1212, mas a partir daí desaparecem da lista habitual de confirmantes dos diplomas régios. É claro que os que detinham tenências em regiões fronteiriças poderão ter recebido instruções para regressar e preparar a defesa dessas terras, já que a escalada do conflito podia a qualquer momento envolver também o rei de Leão. Contudo, isso não justifica por completo aquilo que parece ser uma ausência quase massiva da alta-nobreza do cerco a Montemor, uma imagem que não nos parece resultar apenas da escassez e dos silêncios das fontes. A ideia que perpassa é precisamente a de um rei que, ao longo de 1212 se encontra praticamente abandonado pelos sectores mais destacados da nobreza que, embora sem apoiarem abertamente as infantas, terão aguardado prudentemente pelo evoluir do conflito para, só então, definirem o seu posicionamento. Porém, existe um outro motivo que pode também ajudar a explicar esta situação e que é a crescente desadequação às exigências militares das monarquias do século XIII do modelo vigente de recrutamento militar de matriz feudo-vassálica, um quadro aliás comum a praticamente todo o Ocidente medieval.

E de entre os vários problemas suscitados pela falência deste modelo de recrutamento, sem dúvida que o mais grave era a circunstância de muitos vassallos se recusarem mesmo a servir em armas o seu senhor, alegando que os benefícios recebidos constituíam uma recompensa por serviços prestados no passado e não uma doação com contrapartida²¹. E numa altura em que a Reconquista se encontrava paralisada –o que não permitia a obtenção dos desejados proventos resultantes da luta regular contra os muçulmanos– e em que começavam a difundir-se formas alternativas de remuneração, não é de admirar que muitos desses ricos-homens, tal como outros nobres, tenham optado, talvez como forma de pressão junto do monarca, por não integrar as hostes envolvidas no cerco a Montemor. E em abono desta hipótese, importa lembrar que também em 1217, aquando da campanha que culminou com a conquista de Alcácer –ou seja, numa altura em que o rei tinha já imposto a sua autoridade sobre as infantas–,

20. MORUJÃO, *Um Mosteiro...*, pp. 176-177, doc. 8, de 1211, Dezembro, 5.

21. Jean FLORI, *Chevaliers et Chevalerie au Moyen Age*, Paris, Hachette, 1998, p. 110; Francisco GARCÍA FITZ, *Ejércitos y Actividades Guerreras en la Edad Media Europea*, Madrid, Arco/Libros, 1998, p. 20; e Miguel Gomes MARTINS, *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal Durante a Idade Média (1245-1367)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Dissertação de Doutoramento, policopiada), 2007, pp. 20-23.

também se assistiu a uma ausência massiva da alta nobreza, o que nos parece explicar-se, mais uma vez, através dos problemas relacionados com a sua remuneração, que aliás, só viriam a ser ultrapassados na viragem para a centúria seguinte, durante o reinado de D. Dinis (1279-1325).

O posicionamento de algumas ordens militares relativamente ao conflito também nos levanta algumas interrogações. A ausência da Milícia de Évora –que poucos anos depois passaria a ser designada como Ordem de Avis– é talvez a menos problemática, pois talvez se possa explicar com a circunstância de se encontrar ainda profundamente debilitada em resultado das baixas sofridas –entre as quais o seu primeiro Mestre, Gonçalo Viegas de Lanhoso– em 1195, na batalha de Alarcos. De tal forma estava enfraquecida e, eventualmente, desorganizada que nem sequer estará presente na campanha de 1217 que levou à submissão de Alcácer²².

Igualmente fácil de entender parece-nos ser a ausência da Ordem de Santiago já que, por essa altura, dava os primeiros passos no sentido de consolidar o domínio sobre algumas das fortalezas da Península de Setúbal –Almada e, sobretudo, Palmela–, de onde seria muito difícil retirar efectivos, sob pena de as deixar perigosamente desguarnecidas.

Menos clara é a ausência dos Hospitalários, embora o argumento de que nessa altura constituíam ainda uma força de dimensões muito reduzidas e capaz de assegurar apenas a defesa do castelo de Belver, possa ser uma justificação. No entanto, importa não esquecer que em 1189 a ordem tinha já participado na conquista de Silves –e ao que tudo indica com um importante contingente–, pelo que a fragilidade numérica dos seus efectivos não explica por completo o motivo pelo qual não integrou as hostes envolvidas nas operações militares de 1211-1212.

Mas é o caso dos Templários que nos suscita mais dúvidas, sobretudo se nos recordarmos que nessa mesma região em torno de Coimbra a Ordem do Templo dominava as fortalezas de Soure, Pombal, Ega e Redinha, motivo pelo qual seria de esperar ver os seus efectivos integrados na hoste régia. Qual então o motivo para que não tenha participado no cerco a Montemor? Teriam os Templários, como muitos nobres, preferido não se envolver e esperar para ver? Ou terá essa falta alguma relação com uma eventual participação do ramo português da Ordem na campanha de Las Navas, possibilidade aventada por muitos autores, mas que as fontes disponíveis não permitem corroborar. É certo que a presença de Gomes Ramires, Mestre nos três reinos peninsulares, nessa batalha não levanta quaisquer dúvidas. Porém, isso não significa necessariamente que tivesse mo-

22. MATTOSO, *Ricos-Homen...*, p. 232; e Miguel GOMES MARTINS, *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011, p. 131.

bilizado contingentes portugueses, pelo que a ausência da Ordem do Templo do cerco de Montemor permanece, na nossa perspectiva, sem uma explicação plausível.

Mas mesmo sem a participação das ordens militares e dos sectores mais importantes da nobreza, tudo indica que o rei conseguiu, ainda assim, mobilizar uma hoste consideravelmente numerosa. De entre essas forças destacar-se-ia a Mesnada do Rei, um corpo de cavalaria documentado até meados do século XIII –antecessor da Guarda Real–, que actuava como uma autêntica “força de intervenção rápida” e que era integrado essencialmente por indivíduos oriundos do grupo nobre dos cavaleiros²³, um pouco à imagem da *familia regis* das monarquias anglo-normandas e angevinas dos séculos XII e XIII²⁴. Afonso II terá também mobilizado os Besteiros do Rei, uma autêntica unidade de elite particularmente bem equipada e que talvez se deslocasse a cavalo, como se infere do testamento de um dos membros desse contingente, Pero Ferreiro, datado de 1225 e onde faz menção da “melhor cavalgadura que então possuímos e a nossa loriga e espada e perpono e duas bestas de corno com suas aljavas cheias de setas e a nossa tenda de guerra”²⁵. A todos estes combatentes juntaram-se decerto algumas mesnadas nobres e diversas milícias concelhias, designadamente as de Coimbra e de outras localidades igualmente próximas do teatro de operações.

Apesar de não ter comandado directamente a ofensiva, o rei terá, no entanto, acompanhado de perto todos os seus principais momentos a partir de Coimbra, onde permaneceu enquanto decorria o cerco a Montemor²⁶. A curta distância de 30 km que separava as duas praças-fortes, que podiam perfeitamente ser percorridos em poucas horas por um mensageiro a cavalo, permitia-lhe, por um lado, estar ao corrente de todos os acontecimentos e, por outro, enviar com regularidade instruções para os seus homens e em particular para o comandante das forças no terreno.

Esta missão estava entregue a Martim Anes de Riba de Vizela e não, como seria de esperar, ao alferes-mor, ou *signifer*, Soeiro Raimundes de Melo que, como sugerimos já, é possível que tenha liderado a ofensiva sobre Alenquer²⁷. Aliás, pode até ter sido o próprio Soeiro Raimundes a propor o nome de Martim Anes para comandar o cerco a Montemor, pois como viria tarde veio a ser regulamen-

23. MARTINS, *Para Bellum...*, p. 243.

24. GARCÍA FITZ, *Ejércitos y...*, p. 35.

25. BARROCA, “Da Reconquista...”, p. 93; e HERCULANO, *História de Portugal...*, Vol. III, p. 427.

26. João José Alves DIAS, “Itinerário de D. Afonso II (1211-1223)”, *Estudos Medievais*, nº 7, 1986, p. 42.

27. *Portugaliae Monumenta Historica: Livro de Linhagens ...*, Vol. I, p. 309.

tado por Afonso II, cabia àquele oficial, em caso de impedimento, a nomeação de um seu substituto²⁸.

Quanto ao cerco propriamente dito, terá sido iniciado ainda em Novembro de 1211 –como sugerem as fontes documentais– com a ocupação das zonas peri-urbana e extra-muros, onde os sitiadores procederam ao habitual corte de árvores e de vinhas, mas onde terão também feito alguns prisioneiros, morto e roubado diversas cabeças gado entre as quais um grande número de cavalos. Na faixa costeira –que na altura se encontrava bastante mais próxima de Montemor do que hoje em dia– e na margem direita do Mondego os atacantes dedicaram-se também à destruição de um grande número de embarcações. Tratava-se de acções que visavam, por um lado, forçar o inimigo a render-se –desejoso de pôr um fim a todo esse cenário de devastação– e, por outro, confiná-lo a uma área tão reduzida quanto possível, o que permitia aos sitiadores não dispersarem demasiado os seus efectivos e, ao mesmo tempo, controlar de forma mais eficaz a praça-forte cercada. O rasto deixado pelos atacantes estendeu-se ainda a outras regiões, designadamente à povoação de Esgueira, situada a cerca de 70 km de distância e pertencente também ao senhorio de D. Teresa²⁹.

As poucas fontes de que dispomos informam-nos que, instalado o arraial, os sitiadores deram início ao bombardeamento do alvo, efectuado com o recurso a engenhos de arremesso, provavelmente aos eficazes trabucos de contrapeso, armas que começavam, por essa altura, a divulgar-se no Ocidente europeu e que voltariam a marcar presença, em 1217, na conquista de Alcácer. Ainda que em 1189 –no cerco de Silves– os engenhos portugueses tivessem sido apontados como pequenos e pouco eficazes, tudo indica que Sancho I conseguiu inverter essa situação com a contratação de mestre Miguel –certamente um estrangeiro– que, em Setembro de 1197, se encontra documentado como mestre dos engenhos e a quem o rei doou diversas propriedades na região de Lisboa, certamente que em recompensa pelos seus serviços³⁰.

Através dos projecteis assim lançados, os sitiadores procuravam abrir uma brecha na muralha por onde fosse possível lançar uma vaga de assalto³¹, ou sim-

28. IAN/TT, *Leitura Nova, Extras*, fl. 236 v, de 1222, Junho, Avelino de Jesus da COSTA (pub.), “La chancellerie Royale Portugaise jusqu’au milieu du XIIe Siècle”, in *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992, p. 165; e MARTINS, *Para Bellum ...*, pp. 611-613.

29. BRANDÃO, *Monarquia...*, fl. 262v-263v; e HERCULANO, *História de Portugal ...*, Vol. II, p. 214.

30. *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Vol. I, Rui de AZEVEDO, Avelino de Jesus da COSTA e Marcelino Rodrigues PEREIRA (ed.), Coimbra, Centro de Estudos de História, 1979, pp. 165-166, doc. 104, de 1197, Setembro.

31. Antonio NAVAREÑO MATEOS, “Castillo en la guerra medieval. Petrechos y tácticas de ataque y defensa”, *Actas del I Congreso de Castellología Ibérica - 1994*, Palencia, Diputación Provincial de Palencia, 1998, p. 580.

plesmente provocar o maior volume possível de danos –tanto humanos como patrimoniais– no interior do perímetro amuralhado da fortaleza cercada e, assim, acelerar a capitulação da guarnição inimiga. A documentação revela-nos ainda que esses engenhos foram usados para o arremesso de materiais em chamas para o interior da vila onde, tudo o indica, terão incendiado diversas habitações³².

Se bem que as fontes nada adiantem a esse respeito, é muito possível que as forças comandadas por Martim Anes de Riba de Vizela tivessem também efetuado algumas tentativas de assalto contra as muralhas de Montemor, quanto mais não fosse, de modo a avaliar a capacidade de defesa do inimigo. Porém, se assim foi, terão sempre sido repelidos pelos sitiados, que respondiam como podiam ao assédio inimigo, lançando pedras e disparando setas e virotões, por vezes acompanhados por insultos e provocações, algumas delas dirigidas a Afonso II, nomeadamente quando gritavam o nome do rei de Leão, Afonso IX, como seu monarca legítimo³³.

As fontes indicam-nos igualmente que os sitiados retaliaram também através do lançamento de surtidas, uma das quais teve lugar escassos dias depois da chegada de Gonçalo Mendes de Sousa a Montemor. E foi precisamente Gonçalo Mendes que, com as suas lanças de cavalaria, certamente reforçadas por outros combatentes, levou a cabo esta manobra dirigida precisamente contra a zona do arraial onde se encontrava o comandante das forças inimigas, Martim Anes de Riba de Vizela. Apanhados de surpresa, os guerreiros que aí se encontravam, tiveram apenas tempo de esboçar uma tímida resistência, acabando, no entanto, por fugir para dentro de um pântano, onde a cavalaria inimiga não os podia perseguir, conforme relata o “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro”³⁴.

Ainda que o resultado deste recontro tivesse dado algum ânimo aos sitiados, em pouco terá contribuído para abrandar a pressão exercida pelo adversário, que nem assim dava sinais de querer desistir dos seus intentos, sendo mesmo possível que, na sequência desse desaire e como forma de retaliação tenha até intensificado o assédio.

Porém, não seria nem a capacidade de resistência dos defensores, nem a determinação dos atacantes a ditar o desfecho do cerco, mas sim as notícias vindas da fronteira.

Com efeito, nos primeiros dias de Março de 1212 e em resposta ao pedido de ajuda militar lançado meses antes pela sua ex-mulher, D. Teresa, o rei Afonso IX de Leão cruza a fronteira portuguesa ao comando de um poderoso exército. Con-

32. BRANDÃO, *Monarquia...*, fl. 262v-263v.

33. HERCULANO, *História de Portugal...*, Vol. II, p. 214.

34. *Portugaliae Monumenta Historica: Livro de Linhagens ...*, Vol. I, p. 309.

sigo vinham também o herdeiro da Coroa leonesa, Fernando –filho de Afonso e de Teresa–, Pedro Fernandes de Castro e o infante português Pedro Sanches, para além de muitos outros –a expressão é de frei António Brandão– “senhores de valor e fama”³⁵. Ainda que esta intervenção armada pudesse estar a ser preparada talvez desde finais do ano anterior, tudo leva a crer que o Leonês teria pacientemente aguardado pelo melhor momento para lançar uma ofensiva em larga escala contra território português, ou seja, pela altura em que Afonso II não podia contar com o apoio do seu principal aliado, o rei de Castela, Afonso VIII, cujas forças começavam a concentrar-se em Toledo, de onde partiriam para a campanha de Las Navas.

De acordo com o documento de 1223 pelo qual foram acordadas as pazes definitivas entre as infantas e a Coroa –assinado já no reinado de Sancho II–, as regiões mais afectadas pela invasão leonesa situavam-se essencialmente no Minho e em Trás-os-Montes, ou seja, a norte do rio Douro, onde se registam ataques às localidades e fortificações de Valença –que parece ter sido reduzida a ruínas–, Melgaço, *Ligares* (Linhares?), Balsemão, Freixo de Espada-à-Cinta, Urros, Mós, *Alviti*, Picota –onde em 1220 eram ainda bem visíveis os sinais da devastação leonesa³⁶– e Sicoto, ao castelo de Lamiselo, à terra de Barroso, a Vinhais, Montenegro, *Laedra*, Lampaças, Miranda do Douro, Santo Estêvão de Chaves, Aguiar da Pena e Panóias³⁷.

Contudo, uma análise mais atenta da distribuição geográfica destas investidas revela-nos que, em alguns casos, os alvos foram povoações –como Miranda do Douro e Valença, ou como Picoto e Freixo de Espada-à-Cinta– separadas por mais de 100 km de distância e que num tão curto espaço de tempo só muito dificilmente poderiam ter sido atacadas por apenas uma hoste. Nesse sentido tudo aponta para que a invasão de 1212 tenha sido protagonizada não por um, mas por três ou mesmo por quatro exércitos, ainda que de dimensões, composição e proveniências diversas, uma estratégia aliás habitual e que, para além de es-tender o rasto de destruição, tinha ainda a vantagem de tornar mais difícil aos agredidos perceber onde e quando iria ser desferido o golpe principal. A maior parte das forças envolvidas na invasão não parece ter-se afastado demasiado da fronteira, optando antes por devastar sistematicamente essas zonas mais próximas da raia, onde procuraram também –quase sempre com sucesso– conquistar as fortalezas mais importantes. Dotadas agora de um comandante e de uma guarnição leoneses –excepção feita para o que foi entregue ao infante D. Pedro Sanches– a posse destes castelos e vilas amuralhadas garantia um controlo efectivo do território e, ao mesmo tempo, a existência de uma rota segura

35. BRANDÃO, *Monarquia...*, fls. 77-77v.

36. IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Documentos Régios, M 2, doc. 33, de 1220, Maio.

37. BRANDÃO, *Monarquia...*, fls. 262v-263v.

por onde os invasores poderiam retirar³⁸. Mas enquanto decorriam estas acções, um outro exército, sob o comando directo de Afonso IX e certamente o mais numeroso de todos, penetra em profundidade em território português e –depois de conquistar o castelo de Algosó, talvez um dos poucos que ofereceu alguma resistência³⁹–, avança rapidamente em direcção a Coimbra.

Às facilidades encontradas pelas tropas leonesas não terá sido alheia, como foi já sugerido por Alexandre Herculano, a discreta passividade ou mesmo a colaboração de um número significativo de alcaides dos castelos e tenentes das terras raianas, alguns deles directa ou indirectamente ligados a Gonçalo Mendes de Sousa⁴⁰. Com efeito, tanto a presença do seu irmão Rodrigo Mendes à frente da terra da Maia, quanto a circunstância de o próprio Gonçalo Mendes ter sido o tenente da terra de Basto até ao seu exílio em Leão, em 1211, e onde é natural que tivesse continuado a exercer uma forte influência, parecem corroborar aquela hipótese. Mas há outros indícios que parecem reforçar os argumentos de Herculano. Recordemos o facto de o tenente de Gouveia, Gomes Soares de Tougues, ser filho de Elvira Mendes de Sousa, tia de Gonçalo Mendes; e lembremos também o casamento deste com Teresa Soares de Ribadouro, cuja família detinha, através de Lourenço Soares, as tenências da Beira, de Trancoso e de Lamego. Talvez isso tenha sido decisivo para ditar o posicionamento desses ricos-homens e respectivas linhagens relativamente ao conflito e, em particular, ao apoio prestado a Afonso IX.

E se nos recordarmos que tanto Lourenço Soares de Ribadouro, quanto Gomes Soares de Tougues faziam parte do grupo de ricos-homens que, a partir de Fevereiro de 1212 deixa de acompanhar o rei e que é também nessa altura que tem lugar o regresso de Gonçalo Mendes de Sousa a Portugal, então, talvez não seja descabido pensarmos na existência de uma verdadeira conspiração contra Afonso II. Uma conspiração, de facto, mas cujos contornos e verdadeira extensão não é ainda possível descortinar, embora nos pareça ter assentado em larga medida na eficaz teia de alianças que Gonçalo Mendes ainda mantinha no reino e que pode ter sido usada não só em benefício das infantas e de Afonso IX, mas também em prol do infante Pedro Sanches e das pretensões que este ainda mantinha quanto a uma eventual ascensão ao trono português.

Foi, pois, a notícia deste fulgurante ataque leonês que levou Afonso II a dar ordens a Martim Anes de Riba de Vizela, talvez nos primeiros dias de Abril, para que levantasse o cerco a Montemor e recuasse com as suas tropas para Coimbra. Contudo, porque não havia dúvidas de que era também para aí que se dirigia o

38. ANTUNES / OLIVEIRA / MONTEIRO, “Conflitos políticos...”, p. 57.

39. Julio GONZALEZ, *Afonso IX*, Vol. I, Madrid, 1944, pp. 142-143.

40. HERCULANO, *História de Portugal...*, Vol. II, p. 215.

corpo principal do exército de Afonso IX, o monarca português decide partir para norte, para a cidade do Porto, onde se encontra documentado em finais de Maio, sendo, no entanto possível, que aí estivesse, pelo menos, desde meados do mês anterior⁴¹.

Entretanto, sem nada a detê-lo, Afonso IX avançara para Coimbra onde deve ter entrado triunfalmente escassos dias depois da partida de Afonso II em direcção ao Norte⁴². O leonês ainda permaneceu alguns dias na capital portuguesa –onde certamente se encontrou com Teresa e Sancha–, mas acabou por regressar pouco depois a Zamora, onde está já nos últimos dias do mês de Abril⁴³. Terá, no entanto, deixado um forte contingente na capital portuguesa, bem como nas restantes praças-fortes ocupadas durante a campanha. Porém, isso não significou o fim das hostilidades, já que as forças invasoras continuaram a assolar o Norte de Portugal, nomeadamente o Alto Minho, onde obtêm uma importante vitória na batalha campal ferida nas imediações de Valdevez, a partir de onde é possível que se preparassem para avançar na direcção da cidade do Porto⁴⁴.

Talvez por isso Afonso II tenha decidido refugiar-se em Guimarães, praça-forte dotada de estruturas de defesa mais eficazes que a velha e exígua cerca portuense, que só com muita sorte resistiria a uma operação de cerco. É precisamente na antiga capital do Condado Portucalense que, em meados de Junho e sempre sem quaisquer apoios por parte da alta nobreza –à excepção do incontornável Martim Anes de Riba de Vizela–, o encontramos a confirmar a carta de povoamento do castelo de S. Cristóvão de Panóias, precisamente uma das fortalezas atacadas nas semanas anteriores pelos leoneses⁴⁵.

Com Coimbra ocupada militarmente, com as fronteiras norte e leste dominadas pelas hostes inimigas e sem meios para lançar uma contra-ofensiva, ao rei português, agora encerrado por detrás das fortes muralhas da vila e do castelo de Guimarães, pouco mais restava a não ser resistir enquanto fosse possível. Por seu lado, libertas da pressão exercida pelas forças do irmão, D. Teresa e D. Sancha assumiam triunfalmente todo o seu poder como verdadeiras senhoras de Montemor e de Alenquer ao atribuir, nos finais do mês de Maio, cartas de foral a essas duas localidades, documentos em que a figura do rei é quase que esquecida⁴⁶. A guerra estava perto do seu desfecho e ameaçava terminar com uma clara

41. BRANCO, *Poder Real...*, Vol. II, p. 36.

42. GONZALEZ, *Alfonso IX*, Vol. I, p. 143.

43. VILAR, *D. Afonso I...*, p. 105.

44. BARROCA, “Da Reconquista...”, p. 56.

45. DIAS, “Itinerário...”, p. 42.

46. *Portugaliae Monumenta Historica: Leges...* Vol. I, pp. 557-559, de 1212, Maio, pp. 559-561, de 1212, Maio, 31; BRANCO, *Poder Real...*, Vol. I, p. 466; e VILAR, *D. Afonso II ...*, p. 106.

derrota de Afonso II. Porém, o monarca dispunha ainda de uma última cartada: apelar para a intervenção da Santa Sé.

Foi, precisamente a pressão exercida pelos procuradores do rei português junto do papa, designadamente pelo mestre Silvestre Godinho, mas também a intervenção decisiva de Afonso VIII de Castela –agora com um papel amplamente reforçado pelo prestígio que lhe granjeara a vitória de Las Navas de Tolosa–, que o levou a rever a sua posição inicial de hesitação ou mesmo de apoio às infantas Teresa e Sancha.

E o primeiro sinal dessa mudança de atitude foi dado com a destituição dos legados apostólicos encarregados de dirimir o conflito entre Afonso e as irmãs, ou seja, o arcebispo de Compostela e os bispos de Astorga e de Zamora, cuja isenção terá sido posta em causa por se tratar de figuras demasiado próximas de Afonso IX. Seguiu-se, no último dia de Agosto de 1212, a bula *Licet cum Apostolo* pela qual Inocêncio III dava instruções aos abades dos mosteiros de Espina e de Oseira –entretanto nomeados como legados papais–, para promoverem um acordo de paz entre os beligerantes. Para o pontífice, Afonso II passava agora –como se percebe pelo texto da referida bula– de agressor a agredido; as infantas a responsáveis pela ausência portuguesa da campanha de Las Navas; e Afonso IX ao alvo de acusações e de fortes críticas por se ter recusado a participar nessa mesma campanha com o objectivo de aproveitar a ocasião para agredir outros reinos cristãos⁴⁷. Se a campanha de Las Navas tinha, em larga medida, possibilitado a intervenção militar leonesa, seria o resultado dessa mesma batalha, a colocar um ponto final no conflito entre Portugal e Leão.

E assim, em Novembro de 1212, sob os auspícios do papado e com a mediação de Afonso VIII de Castela, tem lugar em Coimbra o encontro entre Afonso II e Afonso IX que visava colocar um termo ao conflito. Dessa cimeira, onde também esteve presente o rei castelhano, para além de um acordo de tréguas entre Portugal e Leão, resultou o estabelecimento da data de 1 de Maio de 1213 para a assinatura das pazes definitivas, por um lado, entre os dois reinos e, por outro, entre Afonso II e as infantas⁴⁸. Como sintetiza Hermínia Vilar, nessa data tanto Afonso como as irmãs “deveriam entrar em Coimbra com os seus vassalos e bens e já apaziguados. Era ainda disposto que os vassalos de cada rei pudessem deambular por onde quisessem sem opressão nenhuma das partes e qualquer mal que fosse infligido aos homens de Leão por portugueses ou vice-versa deveria ser corrigido no prazo de vinte dias. Os três reis juraram, então, cumprir as tréguas assinadas, inserindo-se ainda uma referência explícita aos castelos detidos [ocupados militarmente, entenda-se] pelo infante Pedro Sanches e à obri-

47. VILAR, *D. Afonso II...*, pp. 102-103 e 109.

48. BRANCO, *Poder Real...*, Vol. I, pp. 474-475.

gação de também ele respeitar a paz alcançada”. E como sublinhou essa mesma autora, o tratado então assinado acabava, em boa medida, por se revelar particularmente benéfico para o rei. De facto, para além de afastar a ameaça leonesa, o tratado arrumava de vez as pretensões de Pedro Sanches ao trono português –sublinhe-se que acabaria mesmo por deixar a Corte de Afonso IX para se exilar no norte de África, provavelmente desagradado com a falta de apoio por parte do monarca leonês⁴⁹– e, acima de tudo, vinha isolar por completo as infantas, privando-as de qualquer auxílio militar. De tal modo que, por finais de 1212 ou inícios de 1213, o rei terá desencadeado uma nova campanha militar contra D. Teresa e D. Sancha⁵⁰. Trata-se da “segunda guerra” mencionada no já por várias vezes citado documento de 1223, mas acerca da qual pouco se conhece, sabendo-se apenas que nessa altura tanto Montemor como Alenquer foram de novo alvos de intensos e, desta feita –tudo o indica–, bem sucedidos ataques por parte dos exércitos de Afonso II⁵¹. De uma derrota iminente, o rei Português alcançava, finalmente, uma vitória contundente sobre as irmãs.

Liberto agora dos problemas que assolaram os primeiros anos da sua governação, o rei podia então olhar noutras direcções, designadamente para Sul, e projectar a reconquista dos territórios perdidos para os *almôhadas* em finais da centúria anterior, em particular da praça-forte de Alcácer –autêntica lança ameaçadoramente apontada a Lisboa–, para onde as forças portuguesas acabariam por avançar no Verão de 1217, mas mais uma vez sem a presença de Afonso II⁵². Mas esta é uma outra história.

49. VENTURA, *A Nobreza de Corte...*, Vol. I, p. 563.

50. VILAR, *D. Afonso II...*, p. 112; M.J. BRANCO, *Poder Real...*, Vol. I, p. 475.

51. BRANDÃO, *Monarquia...*, fls. 262v-263v; e HERCULANO, *História de Portugal ...*, Vol. II, p. 218.

52. MARTINS, *De Ourique...*, pp. 125-145.